

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-778-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.786211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

THE COMPLEXITY (WITH)IN CREATIVITY: FINDING NEW PATHS FOR EDUCATION

Andreia Valqueresma

Joaquim Luís Coimbra


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113121>

CAPÍTULO 2..... 10

EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA COM PROJETOS: ESTUDO DE CASO EM ETECs DO LITORAL SUL DE SÃO PAULO (BAIXADA SANTISTA)

Marluce Gavião Sacramento Dias

Islanne Ariel Marinho Rufino


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113122>

CAPÍTULO 3..... 16

DA INSTITUIÇÃO AO ARTIGO: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS SOB O MOTE DA AVALIAÇÃO

Eduardo Francisco Fernandes

Andressa Sasaki Vasques Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113123>

CAPÍTULO 4..... 32

O ENSINO REMOTO NA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS EM CORUMBÁ/MS, NA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA


Geruza Soares de Souza Papa Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113124>

CAPÍTULO 5..... 40

CULTURA ORGANIZACIONAL, MOTOR PARA EL CAMBIO SOCIAL DESDE LAS BIBLIOTECAS NORMALISTAS EN MÉXICO

José Miguel Valdez López

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113125>

CAPÍTULO 6..... 50

AS POTENCIALIDADES RADIOFÔNICAS DA IMERSÃO NARRATIVA E TECNOLÓGICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Caio Túlio Olímpio Pereira da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113126>

CAPÍTULO 7..... 55

BRINQUEDOTECA VIRTUAL: LUDICIDADE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE NOVOS PEDAGOGOS

Francisco Soares Cavalcante Neto

Juliana Regueira Basto Diniz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113127>

CAPÍTULO 8..... 63

DIFERENTES SENTIDOS QUE A FALA E A ESCUTA REVELAM EM SALA DE AULA

Merielen Cunha

Filomena Elaine de Paiva Assolini


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113128>

CAPÍTULO 9..... 73

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Islene da Silva Vieira

Mariangela Lima de Almeida


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113129>

CAPÍTULO 10..... 84

JINDIE: UMA LINHA DE PRODUTO DE SOFTWARE PARA JOGOS EDUCATIVOS COM FOCO NO CONSTRUCIONISMO

Carlos Alberto Correia Lessa Filho

Arturo Hernández-Domínguez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131210>

CAPÍTULO 11..... 96

A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A AÇÃO DA ESCOLA E A NECESSIDADE DE UMA FORMAÇÃO CRÍTICA DO CIDADÃO

Lindomar Pereira de Souza


Jacqueline Silva da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131211>

CAPÍTULO 12..... 111

O PROFESSOR, A ÉTICA E SUAS COMPETÊNCIAS


Tatiana Goduto Nobre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131212>

CAPÍTULO 13..... 123

PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES: MISSÃO PROTESTANTE: EXTENSÃO AGRÍCOLA E O IMAGINÁRIO DA EAL (1908-1936)

José Normando Gonçalves Meira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131213>

CAPÍTULO 14..... 141

ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS, INICIATIVAS PARADIGMÁTICAS E CONTEXTOS SIGNIFICATIVOS SOBRE A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO E ÀS ARTES

Radamés Alves Rocha da Silva


Maria Christina de Souza Lima Rizzi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131214>

CAPÍTULO 15..... 156

DESAFIOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL FRENTE A EVASÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA


Simone Aparecida de Lira
Eliege Alves Marinho
Marli Costa da Silva
Marcia Sueli Ferreira Silva
Layla Cristina dos Santos
Janaina Lúcia da Silva
Matheus Felipe Medeiros de Lira
Maria Luiza Ferreira Imburana da Silva
Severina Maria de Oliveira Aragão
Cicera Maria do Carmo da Silva Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131215>

CAPÍTULO 16..... 167

DIREITO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA


Susana Aparecida Alves Cius

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131216>

CAPÍTULO 17..... 179

O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)


Gisele Coelho de Oliveira
Sonia de Oliveira Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131217>

CAPÍTULO 18..... 189

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS SOBRE LETRAMENTO INFANTIL


Edilaine Monteiro de Santana
Rosângela Lopes Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131218>

CAPÍTULO 19..... 202

SOBRE OS EIXOS TRANSVERSAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA: UM ESTUDO PRELIMINAR

Leticia Renata Hilgemberg
Oscar Edgardo N. Escobar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131219>

SOBRE OS ORGANIZADORES 213

ÍNDICE REMISSIVO..... 214

DA INSTITUIÇÃO AO ARTIGO: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS SOB O MOTE DA AVALIAÇÃO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/10/2021

Eduardo Francisco Fernandes

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC
<http://lattes.cnpq.br/4811395817253142>

Andressa Sasaki Vasques Pacheco

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC
<http://lattes.cnpq.br/2052014858065552>

RESUMO: Frente à importância do tema, buscou-se neste artigo apresentar características e tendências do processo de avaliação no sistema nacional de educação com ênfase nos níveis de graduação e pós-graduação, por meio de uma pesquisa descritiva de cunho qualitativa. Os resultados são demonstrados por meio de quadro e ilustrações, com a apresentação de pontos principais do processo de avaliação no nível de graduação e pós-graduação. Em síntese, observa-se que o processo de avaliação é fundamental, entre outros motivos, para a manutenção e garantia de um ensino superior de efetiva qualidade. O artigo contempla ainda, possíveis tendências de alteração dos processos de avaliação no ensino superior. No que diz respeito à pós-graduação, diversas alterações já foram executadas e outras estão previstas para os próximos anos, influenciando em novas estratégias no que tange a gestão universitária. Além disso, a oferta de Doutorado Profissional

stricto sensu, desperta a atenção para novas modificações no sistema de avaliação, a fim de abarcar esta demanda e conferir os devidos patamares de qualidade à modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Processo de Avaliação, Graduação, Pós-graduação. Gestão Universitária.

ABSTRACT: Given the importance of the theme, this article present characteristics and trends in the assessment process in the national education system with emphasis on undergraduate and graduate levels, through a qualitative descriptive research. The results are shown through a chart and illustrations, with the presentation of the main points of the assessment process at the undergraduate and graduate level. In summary, it is observed that the evaluation process is fundamental, among other reasons, for the maintenance and guarantee of a higher education of effective quality. The article also contemplates possible trends in changing assessment processes in higher education. With regard to graduate studies, several changes have already been implemented and others are planned for the next few years, influencing new strategies regarding university management. In addition, the offer of Professional Doctorate *stricto sensu*, calls attention to new changes in the evaluation system, in order to cover this demand and provide the appropriate levels of quality to the modality.

KEYWORDS: Assessment Process, Undergraduate, Graduate, University Management.

1 | INTRODUÇÃO

Diante da pressão gerada por um ambiente cada vez mais competitivo aumenta a preocupação das Instituições de Ensino Superior (IES) com a necessidade de bons resultados e desempenho. Além de receber pressão por parte do governo na avaliação do sistema de ensino superior, também é cobrada pela própria sociedade, a qual requisita excelência na qualidade de ensino e atuação. Para isso, torna-se indispensável recorrer a instrumentos para avaliação das IES, principalmente em relação ao desempenho de estudantes, cursos e programas em nível de graduação e pós-graduação. Além de se consubstanciar em elemento fundamental para tornar transparente a prestação de contas à sociedade é um instrumento para planejamento da gestão universitária e desenvolvimento da educação superior (PASCUCI, *et al.*, 2016).

Destarte, a avaliação institucional pode ser compreendida como “um processo que tem por objetivo contribuir para a elevação do nível de qualidade da educação superior” (PINTO, 2016, p. 90). E neste processo a figura do avaliador é extremamente importante na contribuição com a tomada de decisão por meio do fornecimento de informações e análises que aumentam o conhecimento dos problemas educacionais. Ressalta-se ainda que a avaliação e os avaliadores necessitam estar ligados por objetivos, conceitos, signos e valores, a fim de tornar o processo efetivo e minimizar possíveis resistências (LAVOR; ANDRIOLA; LIMA, 2015).

Nesse contexto, o artigo tem por objetivo apresentar características e tendências do processo de avaliação no sistema nacional de educação com ênfase nos níveis de graduação e pós-graduação. Para isso, discorre-se sobre o tema buscando evidenciar informações no que diz respeito ao processo de avaliação em IES, sua importância, aplicabilidade em distintos contextos, operacionalização da avaliação institucional, auto avaliação, avaliação externa, avaliação discente e docente, avaliação de curso e programas. E nesse ínterim, também retratar o envolvimento de distintos agentes do campo, vinculados ao processo de avaliação.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação é um processo que se permite realizar em distintas situações, segmentos, processos e atividades, cabendo adaptá-la a peculiaridade de cada contexto. Nesse sentido, no que tange o ensino superior é possível citar, dentre outras, a avaliação institucional, avaliação discente, docente, de curso e programas. Segundo Dias e Ketzer (2007, p. 219) “a avaliação institucional deixou de ser atividade opcional nos processos educacionais contemporâneos, para se transformar em componente intrínseco e necessariamente rotineiro de toda a vida acadêmica”, contribuindo para o contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico.

No tocante a auto avaliação institucional, a organização se dá sob a perspectiva da i) identidade institucional (missão, valores éticos e objetivos projetados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e Projeto Pedagógico Institucional - PPI); ii) globalidade, considerando as relações internas e externas, com foco inicial nas unidades de ensino, pesquisa e extensão; iii) participação de todos os segmentos da IES; iv) sistemática de comparabilidade, para comparação e relação de dimensões objetivas e subjetivas da instituição; v) continuidade da avaliação; e vi) sistematização, ou seja, estruturada de forma a permitir uma visualização crítica e singular do processo. Cabe evidenciar que uma auto avaliação precisa ser complementada com a avaliação externa à instituição. A partir da articulação entre ambas, obtêm-se subsídios de relevada importância para a discussão com a comunidade acadêmica, ensejando, quando pertinente, a revisão de ações, processos e de forma geral, o plano de desenvolvimento, projeto pedagógico institucional e projeto pedagógico do curso, bem como o aprimoramento das relações com a sociedade (DIAS; KETZER, 2007).

Sobre a avaliação de cursos, um ponto importante para se avaliar é a sua coordenação, pelo fato de ser o responsável pela administração da área pedagógica e da gestão das demandas do curso, devendo articular políticas específicas que garantam as condições necessárias para execução das atividades acadêmicas, bem como facilitar a interação entre os alunos e a alta administração da IES (LAVOR; ANDRIOLA; LIMA, 2015).

Acerca da avaliação discente, ressalta-se que o tema tem avançado e obtido importância na gestão universitária em virtude das profundas reformulações da educação superior, tanto no Brasil, quanto em nível mundial. A avaliação deve ser compreendida num contexto amplo, ou seja, como responsabilidade da instituição, de docentes e discentes, de forma que incentive a reflexão desses agentes sobre os instrumentos de ensino e aprendizagem (DIAS; KETZER, 2007).

No âmbito da graduação, as primeiras iniciativas de avaliação no país tiveram início nos anos 80, constituindo-se como pilar principal da agenda política educacional nos anos 90. Os anos de 1993 e 1994 foram históricos no que diz respeito à avaliação, com a criação de propostas concretas de ação. Sob a coordenação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), diversas instituições elaboraram um projeto de Programa Nacional de Avaliação requisitado pelo Ministério da Educação (MEC). Em 1993, ocorreu a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e a adoção do documento básico de avaliação das universidades, ocorrendo à avaliação do PAIUB em 1994. Em 1995, por meio da Lei n. 9.131, encerrou-se o efetivo apoio ao PAIUB e, por consequência, a criação pelo MEC, de um novo mecanismo de avaliação para os concluintes de cursos da graduação: o Exame Nacional de Cursos, também conhecido como Provão, destinado aos concluintes de cursos de graduação (PINTO, 2016).

Em 03 de dezembro de 1997 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o

Parecer n. 776/97 determinando a orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, bem como de avaliações periódicas com instrumentos variados. Em 2003, uma proposta de avaliação foi apresentada pela Comissão Especial de Avaliação – CEA, nomeada: Bases para uma Proposta de Avaliação da Educação Superior. Esta foi a base que ensejou a construção do atual sistema de avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004 (PINTO, 2016).

Nesta mesma lei, foi instituída a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. Cabe relatar que o processo de avaliação do SINAES é acompanhado pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), que atua no acompanhamento dos processos de avaliação institucional externa e de avaliação dos cursos de graduação das IES do SINAES, além de acompanhar também os processos do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (BRASIL, 2004).

Com foco na caracterização do SINAES, tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior por meio da: integração, participação, promoção de valores democráticos, respeito à diversidade, busca da autonomia, afirmação da identidade e dimensão formativa. Apresenta uma concepção de avaliação que se constitui em instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação superior (BRASIL, 2004).

Já em relação à sistemática de avaliação estabelecida pelo SINAES, de acordo com Pinto (2016), tem como base três processos:

- a) Avaliação das Instituições de Educação Superior - AVALIES;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG;
- c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Consoante Pinto (2016) as avaliações proporcionam importantes subsídios que consubstanciam referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, compreendendo o credenciamento e a renovação de credenciamento de IES, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Interessante ilustrar brevemente sobre os indicadores de qualidade calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como parâmetros de monitoramento da avaliação do nível de graduação. Atualmente são quatro indicadores calculados com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC (INEP, 2017):

- a) Conceito ENADE: mensura a qualidade dos cursos em relação aos conteúdos programáticos, bem como suas habilidades e permite calcular os demais indicadores;
- b) Diferença entre os desempenhos Observado e Esperado (IDD): afere o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes;
- c) Conceito Preliminar de Curso (CPC): Regulamenta a aplicação do conceito

preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES;

d) Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC): consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações oficiais disponíveis no INEP e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Acerca da pós-graduação, a avaliação foi uma consequência da necessidade da CAPES em determinar quem seriam os beneficiários de apoio financeiro ou sobre a recusa de propostas. Para isso a CAPES concentrou sua avaliação na produção científica dos pesquisadores dos programas (BALBACHEVSKY, 2005). A institucionalização do processo de avaliação culminou em uma realidade bem sucedida de um sistema de ensino reconhecido nacional e internacionalmente por sua qualidade.

A CAPES é a responsável pela qualidade do ensino da pós-graduação no Brasil e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em nível nacional, bem como a representação e reconhecimento em nível internacional (BRASIL, 2008). Nas últimas décadas dois sistemas de avaliação foram criados. De 1976-1997, vigorou a escala conceitual de A até E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A. Em 1998, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7, considerados de nível internacional programas 6 e 7. Para assegurar a validação desta métrica, a Capes promove avaliações periódicas destes programas com comitês internacionais (STEINER, 2005).

De acordo com Lievore *et al.* (2017) de forma estratégica, a pós-graduação *stricto sensu*, atua no desenvolvimento científico do país e é marcada por um rigoroso sistema de avaliação e reconhecimento dos seus Programas de Pós-Graduação (PPG). O sistema de avaliação pode ser dividido em dois processos distintos que se referem à entrada e à permanência dos cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado no SNPG.

No tocante a entrada no SNPG, a inclusão da IES se dá a partir do momento que um curso é recomendado pela CAPES e reconhecido pelo CNE/MEC. Consequentemente adquire a obrigatoriedade de enviar informações a CAPES, relacionadas a toda sua atividade acadêmica e de pesquisa. Dentre outros, devem ser reportados dados de infraestrutura física, formação e atividades de docentes, matrícula e titulação de alunos, disciplinas oferecidas, projetos de pesquisa desenvolvidos, produção bibliográfica em termos de artigos científicos, livros, dissertações e teses defendidas, produção técnica e tecnológica. Essas informações são enviadas de forma contínua e online por meio de um sistema denominado Coleta de Dados.

Sobre a avaliação de permanência, atualmente é realizada em 49 áreas, seguindo uma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). Vale ressaltar que as informações preenchidas

anualmente pelos programas e enviadas à Capes por meio do sistema “Coleta de Dados” possibilitam a confecção dos Cadernos de Indicadores. Estes se consubstanciam nos relatórios utilizados no processo de avaliação. Atualmente são compostos por 11 documentos.

Além dos Cadernos de Indicadores, a CAPES utiliza os Documentos de Área como referenciais de avaliação. Neles estão descritos o estado atual, as características e as perspectivas, assim como os quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação. Em conjunto com as Fichas de Avaliação e os Relatórios de Avaliação, os Documentos de Área constituem o trinômio que expressa os processos e os resultados da Avaliação Trienal (LIEVORE *et al.*, 2017).

Na figura 01 é possível observar o fluxograma do processo realizado para desenvolvimento da avaliação trienal e, mais recentemente, a avaliação quadrienal.

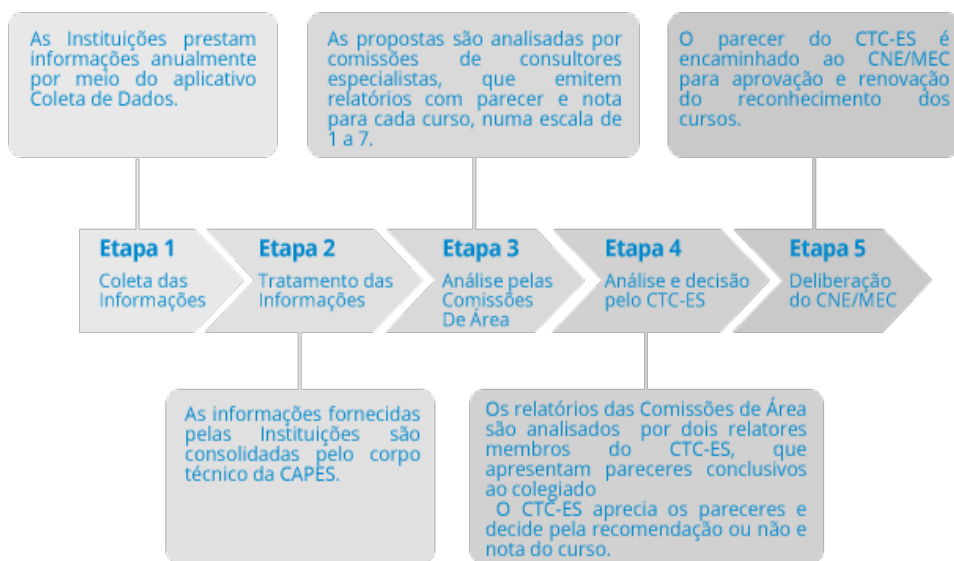


Figura 01 – Fluxograma do processo de avaliação trienal e quadrienal realizado pela CAPES.

Fonte: Portal CAPES. Sobre a Trienal e Quadrienal (BRASIL, 2014).

No que tange a classificação da produção intelectual, a Capes criou o Qualis-Periódicos, um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação em relação aos artigos publicados em periódicos científicos. Ressalta-se que a estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta, ou seja, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e são atualizadas anualmente. Os estratos indicativos da qualidade são: A1,

o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos é o WebQualis (BARATA, 2016).

Para compreensão de forma prática sobre o processo de avaliação vigente na pós-graduação, torna-se oportuno uma breve apresentação com foco numa área específica, cuja representação será feita na área de administração por se tratar da área de pesquisa e formação dos autores deste trabalho. Nesse sentido, com fulcro no documento de área da avaliação quadrienal para os cursos de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, verifica-se que a avaliação ocorre com base em cinco quesitos: Proposta de Programa; Corpo Docente; Corpo Discente; Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social. Cada quesito é subdividido em itens de avaliação representados pela ficha de avaliação. Os quesitos são definidos pelo CTC-ES e os itens são os mesmos, na grande maioria das áreas, para todas as áreas de avaliação. Ressalta-se que cada modalidade tem uma ficha de avaliação específica, dividindo-se em três tipos: Acadêmicos, Profissionais e Profissionais em Rede Nacional. Já os resultados da avaliação são apresentados de duas formas: um relatório para cada programa e o Relatório da Quadrienal, que é uma síntese da avaliação (BRASIL, 2016).

Quanto à atribuição dos conceitos CAPES, as notas 6 e 7 se baliza nos dados de inserção internacional em composição com dados que evidenciem a liderança do programa no ambiente nacional. Àqueles que atingem nota 5, precisam apresentar os seguintes elementos qualificadores para a candidatura às notas 6 e 7: NDP estável; produção científica em periódicos com fator de impacto ou livros classificados pela área como L4; histórico consolidado na formação de doutores; fluxo regular recente de formação de doutores; distribuição adequada entre os docentes das atividades de cooperação com grupos atuando fora do Brasil; produção científica; formação de alunos e de liderança acadêmica, indicando que o programa não depende da contribuição de um ou poucos docentes. Referente à liderança do programa em âmbito nacional, utilizam-se indicadores já determinados, vinculados a aspectos como: egressos, corpo discente e docente, projetos de pesquisa, entre outros.

Após análise da liderança nacional, é avaliado o grau de inserção internacional do programa, como forma de avaliar seu grau de equivalência aos centros localizados no exterior em termos da qualidade da formação discente. A avaliação ocorre por meio de indicadores de reconhecimento de qualidade científica e de mobilidade/infraestrutura para a mobilidade. Existem indicadores previamente definidos, mas é possível que os programas apresentem novos aspectos relevantes, que não são apontados. O grau de internacionalização dos programas considerará o perfil dos parceiros internacionais nas ações de cooperação e de mobilidade, a fim de identificar se as instituições possuem notoriedade de qualidade em nível mundial ou se tais instituições configuram relevância de impacto restrito à região de sua atuação. A área utilizará os dados informados pelos

programas na plataforma Sucupira, site e também informações do SciVal (BRASIL, 2016).

Cabe também ilustrar brevemente sobre os desafios enfrentados no sistema nacional de avaliação. Nesse sentido, observa-se que não se aborda de forma específica no processo de avaliação, as IES com fins lucrativos, sendo aplicado uniformemente a todas as ofertas de ensino superior. Outro ponto sob este aspecto é que o processo de avaliação governamental foca no desempenho de alunos em conclusão de curso, ao invés do corpo discente como um todo. Isso é um problema visto que muitos dos alunos de instituições com fins lucrativos nunca se graduam em consequência de ações de evasão. Destarte, sua omissão no processo de avaliação torna mais difícil detectar deficiências (KNOBEL; VERHINE, 2017).

Os autores ainda complementam que a maioria dos alunos matriculados em IES com fins lucrativos participantes de programas de acesso e inclusão estão inscritos em programas de baixo custo nos campos do Direito, Pedagogia, Administração e Humanas. Estes programas de graduação favorecem salas de aula maiores, baixos salários do corpo docente, expectativas acadêmicas reduzidas e ausência de políticas para minimizar as taxas de evasão.

A qualidade destes programas é ainda mais prejudicada pelo crescimento excessivamente rápido e inchaço da estrutura sistêmica do ensino superior, que supera os esforços governamentais para manter padrões mínimos de qualidade na avaliação de programas, cursos e instituições (KNOBEL; VERHINE, 2017).

A despeito dessas especificidades, para Alcadipani (2011, p. 1175) muitos professores almejam estar na pós-graduação apenas pelo prestígio, conseqüentemente, desviam-se da finalidade principal do ensino aos discentes para cuidar de seus afazeres pessoais na forma de ensino aos executivos de consultorias. Complementa ainda que “muitos dos empresários da educação no Brasil, caso das universidades privadas, querem ganhar dinheiro à custa da péssima formação de alunos e da exploração de professores. Por isso, faz sentido que processos de avaliação sejam realizados pelo governo federal para garantir o mínimo de qualidade dos cursos”.

Há também autores indicando que a exigência da CAPES não recaiu igualmente em toda a pós-graduação conferindo aos programas de conceito 6 e 7 uma importância maior ao quesito de produção científica (HORTA, 2002). “A avaliação da educação superior é polêmica tanto no âmbito da graduação quanto no da pós-graduação. Isso porque diferentes são os critérios utilizados -e que nem sempre são consensuais na comunidade acadêmica- como também o são os recursos disponibilizados para a realização da avaliação” (DINALI; ZAMBELLO, 2017, p. 363).

Ou ainda sobre o Sistema Qualis, o qual possui classificação absoluta e passa por revisão permanente. Este é um ponto que gera problema, pois uma vez realizada a atualização e chancelada a nova classificação de periódicos, por exemplo, não é possível realizar correções até o ano seguinte. Conseqüentemente, muitas reclamações surgem de

coordenadores de programas e de editores científicos, interpretando que foram utilizados dados antigos, contudo se trata de uma falha de processamento de dados, cujo erro é corrigido manualmente (BARATA, 2016). Reclamações estas não somente a falhas processuais, mas também vinculadas a diretrizes no que tangem a mudança de critérios de avaliação. Implantando novo Qualis, conseqüentemente, incorre-se na quebra de pontuação científica de pesquisadores, com eventuais reflexos nos conceitos dos Programas de Pós-graduação (CRESPI *et al.*, 2017).

Outro ponto de vista é a produção de artigos para atender as metas exigidas no sistema de pontuação, com a transferência da produção de artigos aos discentes e posterior publicação como forma de avaliação final da disciplina. Essa situação “(...) nos parece ser muito mais uma preocupação do docente (que adota essa prática) com a sua própria avaliação diante do programa de pós-graduação ao qual está vinculado (credenciamento e descredenciamento) – e conseqüentemente da CAPES –, do que uma estratégia avaliativa educativa para os discentes” (BISPO; COSTA, 2016, p.1006).

A própria CAPES reconhece algumas limitações e busca meios de solucionar esses óbices. Ao longo dos anos, o *taylorismo* intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Além disso, as áreas profissionais e aplicadas continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros das áreas básicas e acadêmicas, prevalecendo o *paper* e o livro sobre as criações e os inventos. Por fim, a periodicidade da avaliação é excessivamente curta para as necessidades dos programas. Em que pesem as opiniões de que o sistema de pós-graduação e o de avaliação que o acompanha são uma experiência exitosa, é necessário introduzir corretores de rota no conjunto, em atenção à sua complexidade, à sua maturidade e à sua dinâmica interna, com vistas ao plano decenal 2011-2020 (BRASIL, 2010).

Não são poucas nem de pouca monta as conseqüências do processo de avaliação realizado pela CAPES. Torna-se importante retomar um velho tema: avaliar a avaliação, a fim de manter a manutenção constante do sistema, bem como buscar novos formatos que avancem para além dos resultados conseguidos e superem os limites do modelo em curso (KUENZER; MORAES, 2005). Para participar e usufruir das vantagens criadas pela nova economia mundial do conhecimento é fundamental que a pós-graduação e, em especial sua metodologia de avaliação, não entrem num marasmo, mas sim, mantenham a cultura e habilidade de adaptação e auto reforma (BALBACHEVSKY, 2005). Todavia, de acordo com Dinalli e Zambello (2017), a CAPES vem atuando nesse sentido, buscando constantemente aprimorar seus métodos de avaliação, sendo possível citar, por exemplo, a elaboração de documentos importantes como o Plano Nacional da Pós-Graduação - PNPg.

3 | METODOLOGIA

A respeito do tipo de estudo, uma pesquisa pode ser classificada quanto aos fins

e meios (VERGARA, 2013). Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pelo fato de levantar e expor características do processo de avaliação no sistema de ensino superior brasileiro. No que tange os meios, classifica-se como pesquisa bibliográfica com o uso de referencial teórico já publicado em livros, artigos, legislação, além do uso de dados de portais eletrônicos de instituições reconhecidas e confiáveis.

No tocante a análise e interpretação dos dados, consoante Vergara (2013) podem ser tratados de forma quantitativa, com suporte de procedimentos estatísticos ou qualitativa por meio de codificação e apresentação dos dados de maneira estruturada. Nessa perspectiva, a análise ocorre de forma qualitativa por meio de seleção, categorização e apresentação em quadro e diretamente no corpo de texto.

Por fim, importante ilustrar no que tange à limitação da pesquisa. De acordo com Vergara (2013) este campo tem a função de evidenciar até onde vai o estudo, a fim de se antecipar às críticas do leitor. Portanto, destaca-se que o estudo abrange a caracterização de como ocorre o processo de avaliação no ensino superior brasileiro, em nível de graduação e pós-graduação, além de expor tendências e possíveis mudanças para os próximos anos.

4 | RESULTADOS

Considerando o objetivo deste artigo no qual consiste em apresentar características e tendências do processo de avaliação no sistema nacional de educação com ênfase nos níveis de graduação e pós-graduação, verifica-se boa parte alcançada na etapa da fundamentação teórica, com informações sobre o que é avaliação, como ocorre a auto avaliação, a importância de se avaliar a coordenação do curso no que diz respeito a avaliação de cursos, bem como a relevância da participação de todos os envolvidos no processo de avaliação.

Com ênfase na graduação, além do retrato realizado na fundamentação teórica sobre o contexto histórico e os agentes envolvidos no processo de avaliação, importante destacar sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861/2004. Ressalta-se aqui o fluxograma do processo de avaliação *in loco*, conforme representado na figura 02, que tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes e assim garantir a qualidade mínima no ensino superior.

No que tange a pós-graduação, a IES deverá abrir processo solicitando o credenciamento e autorização de seus cursos. Posteriormente, deverá solicitar credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento destes cursos. Dessa maneira, observa-se que o sistema de avaliação pode ser dividido em duas vertentes, ou seja, avaliação de novos entrantes no sistema de pós-graduação, figura 03, e avaliação referente à permanência daqueles que já estavam, figura 04.



Figura 02 – Fluxo do Processo de avaliação *in loco* do SINAES.

Fonte: Extraído de INEP (2015, p. 98).

Outro ponto relevante é a definição dos conceitos dos programas, oriundos das avaliações, cuja variação numérica é de 1 a 7. Notas 1 e 2 provocam o descredenciamento do curso. Notas 4 e 5 significam um desempenho entre bom e muito bom, sendo 5 a nota máxima para programas que possuem apenas curso de mestrado. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente a padrões internacionais de excelência. Quanto a classificação da produção científica, é realizada com a seguinte escala: A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

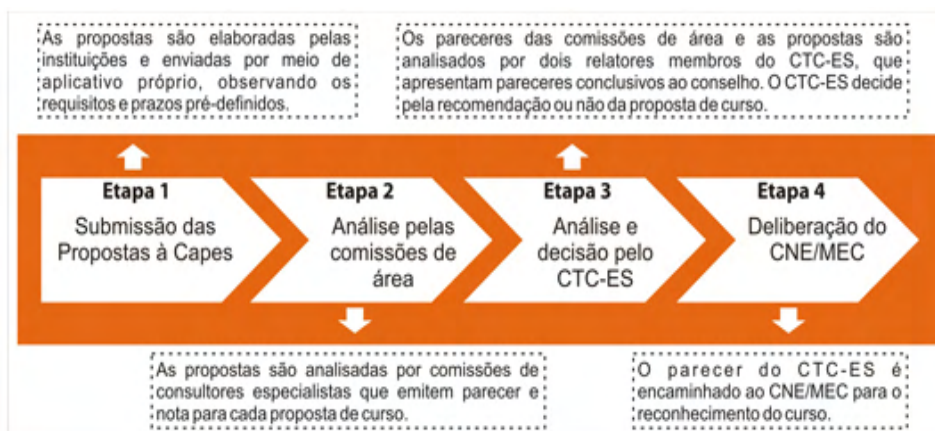


Figura 03 – Entrada no SNPG: Avaliação de Propostas de Cursos Novos.

Fonte: Portal CAPES. Entrada no SNPG: propostas de cursos novos (BRASIL, 2014).

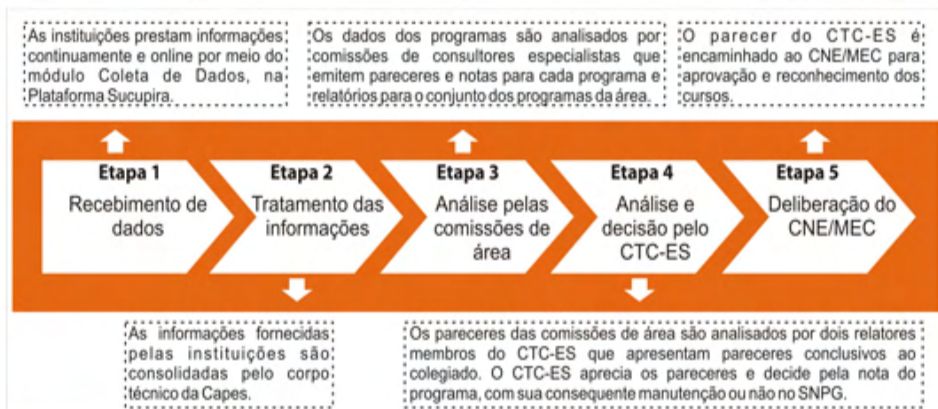


Figura 04 – Permanência no SNPG: Avaliação Trienal.

Fonte: Portal CAPES. Permanência no SNPG: avaliação (BRASIL, 2014).

Diante dos desafios e questionamentos ao sistema atual de avaliação algumas tendências se formulam com perspectivas de aperfeiçoar o processo atual e torná-lo mais eficiente. Destacam-se algumas recomendações do PNPG no quadro 01 (BRASIL, 2010).

Objetivo	Descrição
Reduzir periodicidade de Avaliação	Alongamento da periodicidade da avaliação e aplicação em diferentes épocas, mormente aos cursos com conceito 6 e 7, que poderão concentrar suas forças na produção de conhecimento novo, inovador, num período de 5 ou mais anos, sem o risco de rebaixamento ou punição. Além disso, para os demais programas, a execução de avaliações menos alongadas e acompanhamentos amidiados, com vistas ao seu monitoramento e assim contribuindo para a manutenção da qualidade vigente, melhoria da mesma e evolução de conceito.
Implementar novos crivos de qualidade	Adoção de crivos de qualidade, como no sistema inglês, onde os professores e pesquisadores escolhem suas quatro ou cinco melhores produções do período e as submetem ao escrutínio dos avaliadores.
Incorporar novos parâmetros de comparação adaptados a realidade nacional	Incorporação de parâmetros no processo de avaliação que não sejam exclusivamente os das áreas básicas e acadêmicas, a fim de contribuir na formação de pós-graduados voltados para atividades extra acadêmicas; Incluir na avaliação dos programas de natureza aplicada parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra acadêmico, visando gerar tecnologia e formação de profissionais.
Introduzir parâmetros internacionais de comparação	Adotar como um dos parâmetros de avaliação a comparação com programas internacionais considerados de referência, sem qualquer cota previamente estabelecida para a classificação de programas nos níveis de excelência. Com enfoque aos programas de conceito 5, 6 e 7.
Inserir parceiros internacionais no processo avaliativo	Contratação de consultores internacionais tanto para monitorar o sistema de avaliação da CAPES, tomando a agência como objeto ou alvo, quanto para acompanhar a avaliação dos cursos 6 e 7, assessorando o Conselho Técnico Científico (CTC) e os Comitês.

Desconsiderar critérios de avaliação que facilitem assimetrias

Não considerar critérios que contemplem assimetrias no processo de avaliação de programas, especialmente no caso de mestrados localizados em regiões em estado de desenvolvimento ainda incipiente.

Quadro 01 - Recomendações do PNPG ciclo 2011-2020 ao Processo de Avaliação.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010).

Em complemento as informações do PNPG, verifica-se que diversas ações já foram executadas, por exemplo, com a avaliação quadrienal prevista para esse ano; uso de dados sobre os egressos dos cursos de mestrado e doutorado para medir a inserção social, fato não realizado nas edições anteriores; uso da Plataforma Sucupira, implementada em 2014; ficha de avaliação própria aos mestrados profissionais voltados à formação de professores da educação básica (BRASIL, 2017).

Com relação às ações práticas a serem executadas, recentemente o MEC anunciou a alteração da forma de avaliação do ensino superior com a introdução de novos indicadores, citando o Índice de Desempenho dos Cursos (IDC) e o Índice de Desempenho Institucional (IDI) em substituição dos indicadores atuais CPC e IGC, respectivamente. Além disso, também será utilizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como parâmetro na avaliação e uma ação de forma mais abrupta é a alteração do sistema de avaliação vigente (ESTADÃO, 2016).

Corroborando com essa conjectura a ABMES (2017) ao ilustrar que apesar da importância dos indicadores resultantes do ENADE, eles não retratam as condições concretas dos processos formativos e estruturas das IES. O conceito ENADE, o CPC e o IGC expressam valores relativos, e não absolutos, demandando a avaliação *in loco*. Além disso, os indicadores não são comparáveis entre suas edições e necessitam de ajustes para fins de regulação, supervisão e financiamento.

Outro ponto evidenciado pela ABMES (2017), refere-se à ocorrência de estudos para aprimoramento dos processos avaliativos. Também, planejam a implantação de um novo modelo de organização no ENADE. Entre as mudanças previstas, estão a proposta de resultados do exame com perfil socioeconômico dos estudantes e a possibilidade da aplicação do ENADE em formato eletrônico, com vistas ao desenvolvimento de um sistema que permita a aplicação do exame de maneira censitária anualmente.

É possível vislumbrar a ocorrência de mudanças nos processos avaliativos da CAPES, decorrente da oferta de cursos na modalidade Doutorado Profissional, instituída na Portaria 389 de 23 de março de 2017, o que ensejará alterações no sistema para se adaptar a esta opção a ser oferecida pelas IES.

51 CONCLUSÃO

Observa-se que apesar de jovem, o sistema de avaliação brasileiro pode ser

considerado robusto, bem estruturado e de grande relevância para manutenção da qualidade do Ensino Superior. Centralizado sob a esfera governamental, conta com distintos agentes envolvidos para desenvolvimento das etapas do processo de avaliação, tanto em nível de graduação, quanto em nível de pós-graduação.

Na graduação, sua pertinência consiste em garantir a qualidade da educação superior, por meio das ações desenvolvidas frente à avaliação das instituições e de cursos. Tal fato ocorre em virtude do fornecimento de informações que possibilitam a regulação e supervisão da educação superior, compreendendo o credenciamento e a renovação de credenciamento de IES, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação. Conseqüentemente, IES e cursos que não atendem padrões mínimos de qualidade são “retirados” do sistema nacional de educação superior até sua devida readequação.

Na pós-graduação, torna-se ainda mais acentuada a relevância do processo de avaliação. Em síntese, a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* é o instrumento fundamental do SNPG. Os resultados da avaliação têm usos diversos, sobretudo aos estudantes para se basearem nas notas e assim ampliar os parâmetros de decisão na escolha de seus futuros cursos; para ações de financiamento, dos quais as agências de fomento nacionais e internacionais orientam suas políticas de fomento segundo as notas atribuídas pela avaliação; identificação de assimetrias regionais; e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG, para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.

Por fim, ressalta-se o perfil inovativo do sistema de avaliação nacional, com constante desenvolvimento de ações, a fim de se adaptar ao contexto atual frente às novas exigências socioeconômicas e impedir que a estrutura fique inerte, obsoleta vulnerável ao marasmo. Prova disso, são as ações já desenvolvidas, com fulcro no PNPG e as demais que estão a caminho.

REFERÊNCIAS

ABMES. **MEC Admite Limitações nos Indicadores de Qualidade do Ensino Superior**. Abril, 2017. Disponível em: <<http://abmes.org.br/noticias/detalhe/2068/mec-admite-limitacoes-nos-indicadores-de-qualidade-do-ensino-superior->>. Acesso em: 06/07/2017.

ALCADIPANI, R. **Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica**. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, 2011.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida**. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARATA, R. C. B. **Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis**. RBPG Brasília, v. 13 n. 1, jan/abr, 2016.

BISPO, M. de S.; COSTA, F. J. da. **Artigos como avaliação discente em disciplinas de pós-graduação: instrumento educativo ou subsistema de linha de montagem?**. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 4, out.-dez. 2016.

BRASIL. MEC. CAPES. **Quadrienal 2017 apresenta mudanças na avaliação da pós-graduação**. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8456-quadrienal-2017-apresenta-mudancas-na-avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 08/07/2017.

_____. MEC. CAPES. **Documento de Área: Administração pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo**. 2016.

_____. MEC. CAPES. **Sobre a avaliação**. 2014.

_____. MEC. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, v.1. 309 p., 2010.

_____. MEC. CAPES. **História e missão**. 2008. Atualizado em 01/03/2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 01/06/2017.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004: **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. 2004.

CRESPI, T. B.; PREUSLER, T. S.; LUNA, N. A.; FERREIRA, M. P. **Novo Qualis: Impacto na Avaliação da Produção Intelectual dos Pesquisadores em Administração**. Revista de Ciências da Administração. v. 19, n. 47, abril 2017.

DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Org.). **Memória do ForGRAD: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: Unidade na Diversidade**. 01 ed. Porto Alegre: Edipucrs. v.1, 327 p., 2007.

DINALLI, A.; ZAMBELLO, A. V. **Desafios da Avaliação na Educação Superior no Brasil**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo, SP. v. 16, n. 7, 2017.

ESTADÃO. **Ministério altera a forma de avaliação do ensino superior**. Abril, 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-altera-forma-de-avaliacao-do-ensino-superior,10000032562>>. Acesso em: 06/07/2017.

HORTA, J. S. B. Prefácio. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. N. M. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2002.

INEP. Portal Institucional: educação superior - **Inep altera forma de divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes a 2016**. Brasília/DF. 26/06/2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/812641>. Acesso em: 04/07/2017.

_____. **Avaliação In Loco: Referenciais no âmbito do SINAES**. INEP/MEC: Brasília/DF. v. 5, 295 p., 2015.

KNOBEL, M.; VERHINE, R. **Brazil's For-Profit Higher Education Dilemma**. International Higher Education, Chestnut Hill, Massachusetts, n. 89, 2017.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. de. **Temas e Tramas na Pós-Graduação em Educação**. Educação & Sociedade, v. 26, n. 93, set.-dez., 2005.

LAVOR, J. F. de; ANDRIOLA, W. B.; LIMA, A. S.. **Avaliando o Impacto da Qualidade da Gestão Acadêmica no Desempenho dos Cursos de Graduação**. Um Estudo em Universidade Pública Brasileira. Rev. Iberoamericana de Evaluación Educativa. v. 8, n. 2, 2015.

LIEVORE, C.; PICININ, C. T.; PILATTI, L. **A. As áreas do conhecimento na pós-graduação stricto sensu brasileira**: crescimento longitudinal entre 1995 e 2014. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, n. 94. 2017.

PASCUCI, L.; MEYER JR., V.; MAGIONI, B.; SENA, R.; **Managerialism na gestão universitária: Implicações do planejamento estratégico segundo a percepção de gestores de uma Universidade pública**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2016.

PINTO, R. S.; MELLO, S. P. T. de; MELO, P. A.. **Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES**. Avaliação, Campinas. v. 21, n. 1, 2016.

STEINER, J. E.. **Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira**. Estudos Avançados v. 19, n. 54, p. 341-365, 2005.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. Ed. São Paulo (SP): Atlas, 2013. 94 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 160, 161, 165, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 213

Alfabetização científica e tecnológica 96, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109

Análise de discurso 63, 65, 72

Aprendizado significativo 10

Arte/educação 141, 142

B

Biblioteca 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 148, 156, 158, 174

Brinquedoteca virtual 55, 56, 57, 59, 60, 61

C

Competência 12, 39, 58, 62, 80, 111, 113, 114, 115, 116, 137, 139, 169, 173, 190, 211

Complexity 1, 3, 4, 5, 6, 84, 95

Construcionismo 84, 85, 86, 95

Creativity 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Criança 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 58, 68, 71, 85, 101, 109, 114, 121, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 172, 173, 174, 176, 181, 182, 183, 187, 188

Cultura de paz 40

Cultura digital 50

Cultura organizacional 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48

Curso de Pedagogia 57, 58, 60, 61, 202, 203, 212

D

Direito à educação 74, 76, 167, 168, 171, 174, 177, 178

E

Educação 1, 2, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 93, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 121, 123, 134, 137, 140, 141, 142, 147, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213

Educação infantil 33, 34, 61, 68, 142, 147, 155, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182,

183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 199, 200

Educación 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Education 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 16, 30, 40, 50, 63, 64, 73, 74, 95, 97, 112, 123, 141, 142, 157, 167, 168, 179, 180, 189, 190, 192, 202

Eixos transversais 202

Ensino agrícola 123, 129, 139

Ensino da EJA 157, 160, 162

Ensino de Ciências 96, 98, 101, 106, 110, 195

Ensino remoto 32, 33, 34, 35, 174, 176, 177

Escuta 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 79, 80, 98, 108, 148, 150, 151, 154

Evasão escolar 156, 157, 158, 162, 164, 166

Extensão agrícola 123, 125, 129, 134

F

Formação 7, 10, 12, 15, 20, 22, 23, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 53, 55, 59, 60, 61, 62, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121, 122, 125, 126, 140, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 186, 189, 191, 193, 199, 200, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213

Formação continuada 38, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 100, 101, 110, 121, 157, 189, 193, 199, 200

Formação crítica 96, 109, 160, 191

Formação de professor/a 32

G

Gestão em educação especial 73, 82

Gestão universitária 16, 17, 18, 31

Graduação 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 63, 81, 96, 106, 123, 140, 141, 142, 177, 186, 189, 213

I

Imersão 50, 51, 53

Infância 34, 39, 133, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 154, 155, 182, 188, 200

Innovación 40, 47

J

Jogos educativos 84, 85, 86, 95

L

Letramento 32, 37, 71, 110, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 213

Lifespan perspective 1

Língua estrangeira moderna 10, 12

Linha de produto de software 84, 85, 86, 87, 88, 94

M

Meta 1 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Missão protestante 123

P

Pandemia 32, 33, 37, 167, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 212

Pedagogia 23, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 71, 96, 114, 120, 122, 148, 182, 189, 194, 198, 200, 202, 203, 205, 211, 212

Pesquisa-ação colaborativo- crítica 73

Plano nacional de educação 160, 179, 180, 183, 185, 187, 188, 197

Política educacional 18, 19, 104, 167, 168, 169, 177, 178

Política nacional de alfabetização 32

Pós-graduação 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 63, 81, 106, 123, 140, 141, 142, 177, 186, 213

Práticas pedagógicas 10, 32, 33, 37, 39, 193, 194, 204, 209, 210, 211

Processo de avaliação 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31

Professor 10, 11, 13, 15, 32, 34, 35, 38, 52, 55, 57, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 80, 85, 91, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 132, 152, 158, 163, 165, 202, 210, 213

Projetos culturais 10

R

Rádio 50, 51, 52, 53, 160

Revisão sistemática da literatura 189, 192, 200

S

Sociocognitive development 1, 4

T

Tecnologia educacional 50, 56, 122

U

Uncertainty 1, 2, 3, 6, 7

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

